

## PARECER JURÍDICO

### RECURSO ADMINISTRATIVO

**TOMADA DE PREÇOS Nº 2023.08.25.005.**

**ASSUNTO: Recebemos do Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Pacajus – CE, solicitação para emissão de Parecer Jurídico por ocasião do Recurso Administrativo interposto pela empresa Moretto Construções e Serviços Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 07.305.610/0001-42.**

### DA ANÁLISE DA ADMISSIBILIDADE

O presente procedimento licitatório, conforme previsão do Edital, será processado conforme as disposições da Constituição Federal em seus artigos 37, inciso XXI, Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, Decreto Municipal nº 05, de 08 de janeiro de 2024.

Neste sentido, o Edital do processo licitatório prevê como requisito para conhecimento das razões do recurso administrativo, o protocolo da petição das razões recursais, dirigida à Comissão de Licitação, no prazo de 05 (cinco) dias, senão vejamos:

“Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;”

Considerando que o resultado do julgamento de habilitação/inabilitação foi publicado no dia 21.05.2024, bem como a apresentação das razões recursais, no dia 24.05.2024, ou seja, dentro do prazo estabelecido no edital, portanto, considera-se tempestivo o recurso administrativo interposto.

As razões recursais apresentadas devem ser recebidas por reunir as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade. Sendo assim, passamos a adentrar no mérito da matéria objeto do recurso, onde nos posicionaremos conforme segue:



## RESUMO DAS RAZÕES RECURSAIS E CONTRARRAZÕES APRESENTADAS.

A Recorrente se insurge quanto a decisão do Presidente da Comissão de Licitação que a declarou inabilitada, por supostamente contrariar o 4.2.3.1, b, do Edital.

Fundamenta seus argumentos que na data de 07 de março de 2024, a Recorrente ainda figurava como microempresa, onde gozaria dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006, podendo apresentar documentação de regularidade fiscal em prazo de até 05 (cinco) dias.

Expõe que se encontrava regular com sua documentação, na data do certame, discordando com o julgamento da Comissão.

### DA FUNDAMENTAÇÃO.

Antes, porém, de enveredar no mérito da questão, sobreleva destacar que, compete à administração estabelecer diretrizes do que pretende licitar, bem como delimitar os requisitos que venham assegurar o melhor desempenho sem riscos de não atender às suas necessidades.

Em tempo, cumpre ressaltar que, o procedimento licitatório é disciplinado pela sucessão de atos administrativos pré-ordenados, sob o comando do imperativo legal das normas aplicadas à espécie.

Também considera-se que é facultada à administração a liberdade de escolha do momento oportuno para realização do procedimento licitatório, da escolha do objeto que atenda às suas necessidades, das especificações e das condições de execução do futuro CONTRATO.

Nos ensinamentos do memorável mestre Hely Lopes Meirelles, quando leciona com brilhante sabedoria, que a lei ressalva a liberdade para a administração definir as condições da contratação administrativa, destacando com bastante propriedade, in verbis:

“A LIBERDADE DE ESCOLHA DA ADMINISTRAÇÃO SE EFETIVA EM UM MOMENTO PREPARATÓRIO E INICIAL DA LICITAÇÃO. UMA VEZ EXERCITADA ESSA LIBERDADE, EXAURE-SE A DISCRICIONARIEDADE E NÃO MAIS PODE SER INVOCADA. ASSIM, A ADMINISTRAÇÃO TEM LIBERDADE PARA ESCOLHER AS CONDIÇÕES SOBRE O FUTURO CONTRATO. PORÉM, DEVERÁ VALER-SE DESSA LIBERDADE COM ANTECEDÊNCIA, INDICANDO EXAUSTIVAMENTE SUAS ESCOLHAS” (COMENTÁRIO À LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, AIDE, 3ª ED/94).”



Partindo dessa prerrogativa, a administração elaborou as especificações do objeto pretendido, visando tão somente a sua adequação às necessidades preponderantes deste poder.

Como sabido, os Entes Públicos devem atentar aos Princípios Constitucionais elencados no Artigo 37, caput, da Constituição federal, quais sejam da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

Nesse aspecto, resta claro que em nenhum momento o Município de Pacajus deixou de levar em conta quaisquer destes princípios quando da elaboração do Edital de Licitação.

Além da observância dos Princípios elencados anteriormente, os Entes públicos devem observar também a todos os Princípios que norteiam o procedimento licitatório, em especial quanto ao da vinculação ao edital, sendo este princípio básico de toda e qualquer licitação.

Vários são os posicionamentos nesse sentido. O eminente doutrinador Hely Lopes Meirelles, em sua obra intitulada “Direito Administrativo Brasileiro”, Editora Revista dos Tribunais – São Paulo, 1985, à páginas 225 e 226, leciona o seguinte:

“A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu...”

Na mesma linha, também discorre o doutrinador João Carlos Mariense Escobar, na obra “Licitação – Teoria e Prática”, Editora Livraria do Advogado – Porto Alegre, 1993, páginas 20 e 21:

“O princípio de vinculação ao instrumento convocatório veda a realização do procedimento em desconformidade com o estabelecido previamente no edital. Como lei interna da licitação, ao edital tudo se vincula. Nem os documentos de habilitação nem as propostas podem ser apresentados em desconformidade com o que foi solicitado no instrumento convocatório, nem o julgamento do certame pode realizar-se senão sob os critérios nele divulgados. Tampouco o contrato poderá desviar-se da sua matriz – o instrumento convocatório – de modo a descaracterizar essa vinculação. O edital deve referir, obrigatoriamente, o critério de julgamento da licitação, explicitando os fatores que influirão nesse julgamento, e daí em diante tudo deverá ser feito levando em conta o que nele foi divulgado”.

É imperativo dizer que o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório se traduz na regra de que o Edital faz LEI entre as partes, devendo os seus termos serem observados até o final do certame, vez que vinculam as partes.

A Administração Municipal de Pacajus – CE, através da Secretaria Municipal de Saúde, lançou Edital de Licitação que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA UBS DO ALTO DA BOA VISTA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: PINTURA EM GERAL, REFORMA ELÉTRICA E HIDRÁULICA, REFORMA DE REBOCO E TELHADO, REFORMA DE PISO, ENTRE OUTRAS BENFEITORIAS NA CIDADE DE PACAJUS-CE.

O objeto da contratação é que ditará qual é a extensão e o volume de exigências e requisitos. Ao definir tal extensão, indiretamente, a Administração delimitará quais serão as exigências que os interessados deverão cumprir visando à contratação.

Ao compulsarmos os autos, percebe-se claramente que a Comissão de Licitação analisou e julgou objetivamente a documentação da Recorrente, e sobretudo vinculada aos termos do edital, vejamos:

**“4.2.3- REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

4.2.3.1- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.

...

b) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;”

Portanto, ante a ausência da documentação acima exigida, além da obrigatoriedade de se fazer valer dos princípios norteadores das licitações públicas, principalmente do princípio à vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a Comissão fundamenta seu julgamento baseado nos termos do edital.

O julgamento de qualquer incidente no procedimento licitatório deve ser fundamentado em fatores concretos exigidos pela Administração Pública em confronto com os ofertados pelas empresas licitantes (julgamento objetivo), sempre dentro dos parâmetros fixados no edital (vinculação ao instrumento convocatório), conforme disciplina a Lei nº 8.666/1993:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)



V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;

Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

(...)

§ 1º É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

A Recorrente fora considerada “inabilitada”, por descumprir o item 4.2.3.1.b, do Edital, onde apresentou certidões negativas de débitos estaduais e municipais “vencidas”, conforme atestam documentação constante aos autos.

### CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo como baliza as disposições do Edital do Tomada de Preços nº 2023.08.25.005, bem como os Princípios do Interesse Público, da Vinculação ao Instrumento Convocatório e do Julgamento Objetivo, entendemos pelo **CONHECIMENTO** do recurso interposto pela licitante **Moretto Construções e Serviços Ltda.**, para opinar pela sua **IMPROCEDÊNCIA**, devendo ser mantida a decisão da Comissão de Licitação que inabilitou a licitante Recorrente, uma vez que descumpriu o item 4.2.3.1.b, do Edital.

É o nosso parecer.

S.M.J.

Pacajus – CE, 03 de junho de 2024.

**JOSÉ ISAAC PEDROZA ARAÚJO**  
Procurador Geral do Município de Pacajus  
Portaria nº: 188/2024  
OAB/CE 42.700

**WLLYSSES MACHADO PINTO**  
Procurador Adjunto do Município  
Portaria nº 786/2024  
OAB/CE 23.548

Pacajus/CE, 07 de junho de 2024.

**DA: SECRETARIA DE SAÚDE  
PARA: COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**REF: ANALISE DE RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA MORETTO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**

**Douta Comissão,**

Após a análise do recurso interposto pela empresa **MORETTO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, no tocante **TOMADA DE PREÇOS Nº 2023.08.25.005**, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA UBS DO BAIRRO ALTO DA BOA VISTA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: PINTURA EM GERAL, REFORMA ELÉTRICA E HIDRAULICA, REFORMA DE REBOCO E TELHADO, REFORMA DE PISO, ENTRE OUTRAS BENFEITORIAS, NA CIDADE DE PACAJUS/CE**, bem como as considerações feitas pela Procuradoria Geral do Município na apreciação da peça recursal conforme Parecer emitido, vimo informar que compartilhamos do mesmo entendimento, decidindo-se ser pertinente por **NÃO RECONHECER** o recurso interposto pela empresa **MORETTO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, posto tempestivo.

É o nosso entendimento e pedido para que siga com o feito.

**Wyara Machado Pinto**  
Secretaria Municipal de Saúde

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJUS- CE, torna público para conhecimento dos interessados, que após análise dos documentos de habilitação pela Comissão Permanente de Licitação da **TOMADA DE PREÇOS Nº 2023.08.25.005**, com fins à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA UBS DO BAIRRO ALTO DA BOA VISTA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: PINTURA EM GERAL, REFORMA ELÉTRICA E HIDRAULICA, REFORMA DE REBOCO E TELHADO, REFORMA DE PISO, ENTRE OUTRAS BENFEITORIAS, NA CIDADE DE PACAJUS/CE.**, teve recurso interposto pela empresa: MORETTO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. O recurso interposto pela empresa foi julgado IMPROCEDENTE. Desta forma consolida-se o resultado de julgamento da Habilitação: WU CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS; CONSTRUVASP CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA; ABRAAV SERVIÇOS EVENTOS E LOCAÇÕES LTDA EPP; MV&R LOCAÇÃO E CONSTRUÇÃO EIRELI; MV&R LOCAÇÃO E CONSTRUÇÃO EIRELI; MILENIUM SERVIÇOS LTDA; KRONUS SERVIÇOS, LOCAÇÕES E CONSTRUÇÕES EIRELI; TALISMÃ CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO LTDA foram consideradas **HABILITADAS**. As empresas: ML INCORPORAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI; TECTA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA; MORETTO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA; MEDEIROS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS; ML ENTRETENIMENTO, ASSESORIA E SERVIÇOS LTDA; CALCULO CERTO SERVIÇOS LTDA; AJ CONSTRUTORA E TRANSPORTE LTDA; CLEZINALDO SARAIVA DE ALMEIDA; F M S OLIVEIRA ME; REALIZE EMPREENDIMENTOS LIMITADA, foram consideradas **INABILITADAS**. Isso posto, ficam todos os interessados convocados para abertura das propostas de Preço das empresas HABILITADAS, que ocorrerá dia **14 de junho de 2024, às 07h:30min**. Pacajus-CE, 07 de Junho de 2024. Wyara Machado Pinto – Secretária de Saúde.

PUBLICAR, para circular no dia **11/06/2024**, nos seguintes veículos de comunicação:

- **DIARIO OFICIAL DO UNIÃO (DOU)**
- **DIARIO OFICIAL DO ESTADO (DOE)**
- **JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO (O POVO).**